

PROPOSTA CURRICULAR DA REDE MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA: UM OLHAR PARA A TRANSIÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL AO ENSINO FUNDAMENTAL

Edinéia Castilho **Ribeiro** – UFJF

Agência Financiadora: CAPES

Resumo

O objetivo deste trabalho é compreender o movimento de construção da Proposta Curricular da Educação Infantil da Rede Municipal de Juiz de Fora e como esse documento contempla a transição da educação infantil para o 1º ano do Ensino Fundamental. O olhar sobre esse processo não visa apenas descrever a gênese, a trajetória e a organização do documento. Busca-se, sobretudo, analisar tal proposta como artefato cultural que se constrói dentro de um movimento histórico mais amplo, do qual são elementos constituintes concepções de infância e de educação. O aporte teórico da psicologia histórico-cultural de Lev Vigotski (1991) orienta as análises apresentadas, uma vez que o currículo e seu processo de construção são abordados em sua historicidade. A metodologia adotada no estudo, de abordagem qualitativa, conjuga a pesquisa bibliográfica e documental. Os resultados apontam que a dicotomização da Educação Básica não favorece a articulação entre a educação infantil e o ensino fundamental. Demonstram também a urgência de uma reflexão para a superação desses enquadramentos, que não favorecem a percepção da criança em sua totalidade, como aquele que brinca e, também, aprende.

Palavras-chave: Currículo - Educação Infantil - Transição educação infantil-Ensino fundamental

PROPOSTA CURRICULAR DA REDE MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA: UM OLHAR PARA A TRANSIÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL AO ENSINO FUNDAMENTAL

Introdução

A inclusão da criança de seis anos no Ensino Fundamental (EF) tem suscitado aos sistemas de ensino, às instituições escolares e aos professores novas demandas e reflexões sobre o currículo para essa etapa da educação e também sobre a antecedente, a Educação Infantil EI. As dúvidas em torno do que se deve trabalhar na primeira etapa da educação

básica estão presentes nos contextos educacionais: como deve ser o currículo para essa etapa? Ele seria uma combinação dos conteúdos do último ano da educação infantil com os da antiga primeira série? Ou seria melhor que as crianças de seis anos estivessem incluídas no mesmo currículo da Educação infantil? Qual o papel e o lugar do brincar nesse processo de transição?

Durante os estudos empreendidos, pode-se perceber que os questionamentos sobre currículo estão no bojo das discussões relativas tanto ao 1º ano do Ensino Fundamental quanto à Educação Infantil. Tais questionamentos se concretizaram, na realidade da rede pública municipal de Juiz de Fora, num movimento de reformulação das propostas curriculares de ambas as etapas da Educação Básica, iniciado no ano de 2010.

A construção dessas novas propostas curriculares se deu a partir das reflexões realizadas durante os “I e II Seminários Sobre Currículo da Rede Municipal de Juiz de Fora” que aconteceram no ano de 2010. Os debates foram intensos nos grupos de trabalho, constituídos por professores (as), coordenadores(as) pedagógicos(as), diretores(as) da rede municipal, profissionais da Secretaria de Educação, mediadas por especialistas de diferentes áreas do conhecimento, que conduziram o processo de formulação das Propostas Curriculares dessa rede de ensino.

Destaca-se que a questão central deste trabalho é analisar o movimento de construção da Proposta Curricular para a Educação Infantil da Rede Municipal de Juiz de Fora e como esse documento contempla a transição da Educação Infantil para o 1º ano do Ensino Fundamental.

A análise dos documentos curriculares da educação infantil empreendida neste estudo fundamenta-se nos aportes teóricos da psicologia histórico-cultural, focalizando principalmente Lev Vigotski. Essa abordagem permite compreender os fenômenos humanos como produzidos *nas e pelas* relações sociais, portanto historicamente situados, mediados pela linguagem, em um movimento que vai do plano social ao individual. Nesse sentido, a análise proposta não se baseia apenas em dados frios e objetivos de um documento descolado de um contexto histórico e cultural. Entendemos essas propostas curriculares como artefatos culturais, produzidos em um determinado movimento histórico. É a partir desse enfoque que o tema é abordado nesse artigo.

Algumas definições sobre currículo

Inicialmente pondera-se sobre a fluidez do conceito e as distintas posições assumidas para o termo Currículo de acordo com autores da área como Apple (2006), Giroux (1987), Forquim (1993), Silva (1999) e Pacheco (2005).

O termo currículo suscita uma multiplicidade conceitual, sendo assim um conceito multifacetado e historicamente construído.

De acordo com Apple (2006), o currículo representa, de forma hegemônica, as estruturas econômicas e sociais mais amplas. Assim, o currículo não é neutro e desinteressado. O conhecimento por ele corporificado é um conhecimento particular, importando saber qual conhecimento é considerado verdadeiro, uma vez que a reprodução social não se dá de forma tranquila; há sempre um processo de contestação, conflito e resistência. Para este autor, portanto, o currículo é um campo de disputas.

Pacheco (2005) ressalta que, apesar dos múltiplos significados existentes para o termo currículo, podemos caracterizá-lo como um instrumento de formação, com um propósito definido, enfatiza tanto as práticas educativas quanto documentos oficiais.

Giroux (1987) concebe o currículo como política cultural. Acredita que o este não transmite apenas fatos e conhecimentos, mas também constrói significados e valores sociais e culturais, e percebe o currículo por meio dos conceitos de emancipação e libertação. Nessa perspectiva, o currículo tradicional está distante da realidade dos educandos, uma vez que deve conceber a experiência dos alunos como a fonte primária para temas significativos ou geradores.

Para Silva (1999, p. 14), definições acerca do currículo não revelam sua essência, apenas desvendam o que uma teoria julga ser o currículo. Dessa forma, para além das definições, há questões que toda teoria do currículo “[...] enfrenta: ‘qual conhecimento deve ser ensinado?’, ‘o que alunos (as) devem ser, ou melhor, que identidades construir?’, ‘com base em quais relações de poder serão essas perguntas respondidas?’”.

Silva (1999), ao ponderar acerca de questões concernentes às teorias do currículo – tais como: o que é teoria do currículo? O que distingue uma teoria do currículo de uma teoria educacional? Quais são as principais teorias do currículo? –, sintetiza as grandes categorias de teoria do currículo, de acordo com os conceitos que cada uma enfatiza.

Seguindo a mesma linha de indagações proposta por Silva (1999) ao apontar o fato de que a construção do currículo se dá em meio às relações de poder, não sendo neutro nem desinteressado, conforme afirma Apple (2006), nos indagamos: na disputa entre os vários atores que participam da constituição do currículo, quais são realmente escutados, atuando como protagonistas? O peso de decisão tem a mesma medida para todos que participam desse processo? Entre esses atores, quais terão suas vozes ouvidas ou silenciadas? E qual peso a reflexão teórica, epistemológica, terá na definição daquilo

que entra efetivamente no texto final desse documento e naquilo que é efetivamente praticado, constituindo-se em currículo real?

Refletindo no sentido para o qual as indagações supracitadas apontam, fica difícil declarar uma naturalidade/neutralidade a respeito do papel constitutivo do conhecimento organizado em forma curricular a ser transmitido em instituições educacionais. O currículo, nesse sentido, não é apenas uma organização do conhecimento escolar; mais que isso, ele está implicado na produção de relações assimétricas de poder no interior da escola e da sociedade (MOREIRA E SILVA 1995).

O processo de construção da proposta curricular para educação infantil de Juiz de Fora se aproxima do conceito de planificação partilhada proposto por Pacheco (2005). O autor argumenta que a construção do currículo deve ocorrer de maneira coletiva e realizada na “[...] base de uma planificação partilhada, abarcando tanto as decisões da Administração quanto as decisões dos professores, alunos, pais e outros intervenientes” (PACHECO, 2005, p. 121). Conclui defendendo que “[...] O currículo é construído, assim, pela partilha de tomada de decisão em que o professor intervém ativamente em um processo no qual não fica reduzido a um implementador da decisão política, centralizada, burocrática e hierárquica” (PACHECO, 2005, p. 121).

As reflexões dos autores anteriormente citados apontam para a constatação de que a definição e /ou construção do currículo é um processo histórico. Nesse sentido, analisar tal processo requer a eleição da categoria de historicidade como central por sua relevância, uma vez que ela favorece o processo de elucidação da gênese e de transformação dos fatos. Nesse sentido, saber “o que é” deixa lugar a outros questionamentos: “como surge”, “como se transforma”, “como se movimenta”. A historicidade vai além da simples sucessão cronológica de fatos; ela “[...] é um movimento determinado por relações de forças dialeticamente articuladas, constituídas no decurso da existência” (AGUIAR, 2012, p. 266). Tal categoria permite compreender como o homem em sua relação com a natureza e com os outros seres humanos constitui sua humanidade e constrói sua história.

Discutir a proposta curricular para educação infantil do município de Juiz de Fora a partir da categoria de historicidade significa reconhecê-la como artefato cultural. A esse respeito, Pino (2005, p. 35) entende, em consonância com Vigotski (1991), que a “[...] cultura é o produto, ao mesmo tempo, da vida social e da atividade social do homem”. Nesse sentido, cultura é tudo o que se relaciona com a vida em sociedade, tudo aquilo que, em contraposição ao que é dado pela natureza, é obra do homem, produto de sua criação e/ou imaginação. Então, Nesse entendimento a produção cultural significa produzir sentido, o qual pode se

manifestar de diferentes maneiras num quadro, numa música, numa comida e até mesmo em um texto legal, como é o caso da Proposta da Rede Municipal de Juiz de Fora.

Conceber uma proposta curricular a partir de sua historicidade significa entender que ela é fruto de um processo de negociação de sentidos entre os participantes dessa construção, como destacado por Giroux (1987). E são esses participantes que darão origem aos significados estabilizados no documento legal. É essa abordagem que autoriza tratar a proposta curricular do município de Juiz de Fora como um artefato cultural, e não como um documento frio e a-histórico. Nesse sentido, não nos interessa analisar apenas seu conteúdo, o que ele diz ou indica, mas concebê-la na sua historicidade. Isso significa entender as negociações que deram origem a essa proposta e os sentidos que se estabilizaram nos significados que estão postos nela, especialmente no que concerne aos modos como abordam a transição entre educação infantil e ensino fundamental.

A seguir a trajetória de construção da Proposta Curricular da Rede Municipal de Ensino de Juiz de Fora é descrita, identificando sua gênese, bem como seu percurso até se constituir em um documento público. Busca-se explicitar tal proposta como artefato cultural que se constitui num movimento histórico mais amplo.

O movimento de construção das propostas curriculares da rede municipal de ensino de Juiz de Fora

O reconhecimento da EI como primeira etapa da Educação Básica EB ocorre no ano de 1996 com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (nº 9.394/96) (LDB). Em 1998, são apresentadas as primeiras orientações curriculares, em âmbito nacional, para esta primeira etapa da EB através o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI). Com caráter mandatório e normatizador de propostas pedagógicas e curriculares para a educação infantil são revistas em 1999 as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI).

Contudo, Juiz de Fora, como levantado por Alves (2010), mesmo antes da promulgação da LDB, já havia incorporado esse segmento de ensino à sua Lei Orgânica, em 1990. Os Artigos 131 e 132 antecipam a LDB de 1996, uma vez que prevê que "o poder Público Municipal assegurará, na promoção da Educação Pré-escolar e do Ensino Fundamental [...] Igualdade de condições para o acesso, frequência e permanência na escola" (JUIZ DE FORA, 1990, p.43). À época foram inauguradas as primeiras Escolas de Educação Infantil (EMEI) do município.

Entre 1994 e 1996, foi produzido um documento que seria a primeira proposta curricular da rede municipal de ensino com o objetivo de contemplar a EI. Tal documento foi publicado no ano de 1996 sob o título “PROGRAMA DE EDUCAÇÃO INFANTIL” (JUIZ DE FORA, 1996).

A construção desse programa se deu com a participação de profissionais que atuavam diretamente com as “classes” de EI. O início do trabalho aconteceu através da coleta de dados sobre a prática da aplicação dos conteúdos pelos professores na Pré-Escola (JUIZ DE FORA, 1996). Esses dados foram compilados e analisados.

Os profissionais que trabalhavam na pré-escola foram convocados a participar da organização do Programa de Educação Infantil. Os professores que atuavam com as crianças (4 a 6 anos) ficaram incumbidos de listar os conteúdos para essa etapa da educação, e os professores das áreas específicas, como Matemática, Língua Portuguesa, Ciências Físicas e Biológicas, Educação Artística e Educação Física se encarregaram da fundamentação teórica.

Essa organização curricular foi concebida em um momento histórico posterior à promulgação da Constituição de 1988. Essa lei passou a garantir o atendimento em pré-escolas e creches como direito social não só das mães trabalhadoras, mas também das crianças. A partir desse ordenamento legal, as creches e pré-escolas passaram a construir uma nova identidade na busca da superação das posições antagônicas e fragmentadas entre o assistencialismo e a preparação a etapas posteriores.

A partir do entendimento acerca do que acontecia em um âmbito mais amplo no país, é possível perceber que essa primeira organização curricular de Juiz de Fora se pautava numa concepção de preparação das crianças para o EF e uma aplicação da lógica conteudista. Isso se evidencia pela ênfase dada às áreas de conhecimento e ao desenvolvimento cognitivo, nesses destaques, pois de acordo com o documento, “[...] a criança terá condições de tornar-se, ao longo da sua vida escolar, um legítimo e verdadeiro usuário de seu principal instrumento de comunicação” (JUIZ DE FORA, 1996, p. 9). Depreende-se dessa afirmação que a criança é concebida pelo que lhe falta, alguém que, ao longo do percurso escolar, virá a ser.

É possível identificar aproximações entre o Programa de Educação Infantil de 1996 da rede pública de Juiz de Fora e o RCNEI. O modo de apresentação desses documentos, por exemplo, revela a marca de uma educação formal. Tanto num documento quanto no outro, os conteúdos e a divisão do conhecimento por áreas são enfatizados. No Programa de Educação Infantil de 1996, as áreas do conhecimento contempladas são: Estudos Sociais, Ciências, Educação Artística, Música, Língua Portuguesa, Matemática e Educação Física; já o RCNEI

traz eixos de trabalhos orientadores. São eles: Movimento, Música, Artes Visuais, Linguagem Oral e Escrita, Natureza e Sociedade e Matemática. Nota-se que cada eixo norteador do RCNEI equivale aos conhecimentos por área do Programa de Educação Infantil de 1996, com uma diferenciação: os conteúdos Estudos Sociais, Ciências são agrupados no eixo Natureza e Sociedade.

Outro aspecto a ser considerado é o de que esse modelo educacional formal traz a face da creche e pré-escola da classe média urbana, onde são valorizados a escrita e os conteúdos escolares, “[...] fazendo um arremedo do ensino fundamental” (AQUINO; VASCONCELOS, 2005. p. 104).

A partir de 1998, mais uma vez foram formados grupos de estudos com profissionais da EI do município de Juiz de Fora com o intuito de promover um debate aberto e reflexões sobre qual proposta deveria embasar as ações nos espaços de EI da rede municipal de ensino a partir daquele ano. Esses encontros culminaram, dez anos depois, no ano de 2008, com a publicação das Diretrizes Educacionais para a Rede municipal de Juiz de Fora, em documento intitulado “Linhas Orientadoras para educação infantil nas escolas da rede pública municipal de Juiz de Fora” (JUIZ DE FORA, 2008). Tal documento é composto por três partes – Fundamentação teórica, Dimensões Pedagógicas para educação infantil e Prática Pedagógica na educação infantil – e esboça os fundamentos em que se deve pautar a organização curricular para a EI.

Essas Diretrizes Educacionais para a Rede municipal de Juiz de Fora destacam concepções de infância que estão em consonância com a proposta de trabalho onde o brincar ocupa lugar central. Quanto à prática pedagógica na EI, destacam “[...] a necessidade preeminente de escuta das crianças e de respeito a suas ludicidades e culturas, em constante diálogo com o patrimônio histórico-geográfico-social do país e suas diversidades” (JUIZ DE FORA, 2008 p. 27). Objetiva a liberdade de expressão, bem como a construção da autonomia da criança.

Destaca-se também a importância de garantir o acesso aos saberes historicamente construídos sem, contudo, indicar uma reflexão sobre eles. Nesse sentido, importante se faz questionar quais saberes são eleitos como mais importantes nessa construção histórica? Nessa relação de força e poder, quais grupos culturais são silenciados? Entendo, em consonância com Silva (1999, p.15), que “[...] O currículo é sempre o resultado de uma seleção: de um universo mais amplo de conhecimentos e saberes seleciona-se aquela parte que vai constituir precisamente o currículo”.

É possível perceber diferenciações entre o primeiro Programa de EI construído em 1996 e as Diretrizes Educacionais para a Rede municipal de Juiz de Fora de 2008. A primeira organização era embasada em lista de conteúdos – isso se refletia tanto pela organização do documento, que em seu índice já anunciava os conteúdos a serem trabalhados em cada área do conhecimento, quanto por quem foi chamado para participar da sua elaboração: os professores especialistas de cada área do conhecimento, ou seja, aqueles que teriam o domínio dos conteúdos disciplinares. Nota-se também que as crianças eram são vistas como alunos, e isso traduz era traduzido em comportamentos específicos esperados por essa faixa etária

A segunda proposta curricular da rede municipal de Juiz de Fora – Linhas Orientadoras para Educação Infantil nas Escolas da Rede Municipal de Juiz de Fora publicada em , 2008 - avança em relação à anterior porque traz concepções e fundamentos, revelando a ideia de que toda dimensão e prática pedagógica são sustentadas por uma teoria.

O referido documento orienta a prática pedagógica elegendo o brincar como “[...] atividade cultural que é recriada a partir do que a criança traz de novo, como seu poder de criar e produzir cultura. Os processos de aprendizagem e de desenvolvimento envolvidos no brincar são também constitutivos do processo de apropriação de conhecimento” (JUIZ DE FORA, 2008, p.29).

A dimensão pedagógica assumida nesse documento define que o “[...] currículo, propostas, projetos e ações implicam na garantia de acesso aos bens e saberes historicamente construídos pela humanidade” (JUIZ DE FORA, 2008 p. 27). Tais dimensões estão ancoradas no entendimento da criança como sujeito ativo, produtor de cultura, historicamente situado, rompendo com a visão tradicional e hegemônica de infância, da criança que não fala, passiva, aquela que ainda não é. A dimensão pedagógica do documento assume também como central o trabalho coletivo e o brincar como essência do processo pedagógico.

O documento que sucedeu as publicações municipais citadas nesse texto foi a Proposta Curricular da Rede Pública Municipal de Juiz de Fora, constituída a partir das reflexões realizadas durante os “I e II Seminários Sobre Currículo da Rede Municipal de Juiz de Fora”, ocorridos no ano letivo de 2010. Os encontros foram fecundos nos grupos de trabalho constituídos por professores (as), coordenadores (as) pedagógicos (as), diretores (as) da rede municipal, profissionais da Secretaria de Educação, além de consultores das universidades e especialistas das áreas.

A constituição da Proposta Curricular da Rede Pública Municipal de Juiz de Fora relaciona-se ao momento histórico no qual a LDB 9.394/96 estabelece a integração das creches aos sistemas de ensino compondo, junto com as pré-escolas, a primeira etapa da EB.

Tais mudanças impulsionaram um processo de revisão de concepções sobre a infância e a educação de crianças em espaços institucionalizados. Tem-se priorizado as discussões em torno da orientação de “práticas que se articulem, mas não antecipem processos do Ensino Fundamental” (BRASIL, 2009, s/p).

As DCNEI foram relevantes na explicitação de princípios e orientações para os sistemas de ensino, tanto na organização e articulação quanto no desenvolvimento e avaliação de propostas pedagógicas, como as de Juiz de Fora, por exemplo.

As Diretrizes reformuladas em 2009 tratam, inclusive, do tema da transição entre a EI e EF, ao dispor sobre a necessidade de assegurar aos alunos um percurso contínuo de aprendizagens, recuperando o caráter lúdico do ensino nos anos iniciais do EF (BRASIL, 2010).

Os frutos dos debates, que ocorreram durante os “I e II Seminários Sobre Currículo da Rede Municipal de Juiz de Fora”, foram compilados e encaminhados para apreciação nas escolas dessa rede de ensino. Nessa ocasião, professores e coordenadores pedagógicos, juntamente com todo o coletivo escolar, puderam emitir suas considerações – em documento produzido coletivamente, contendo as considerações a respeito do texto referente tanto à organização Curricular da EI quanto do EF, elaboradas nos eventos citados.

Após as ponderações em torno da proposta curricular, as escolas (66% delas, segundo informação divulgada em agosto de 2012 pelo grupo que daria continuidade às discussões da proposta de Língua Portuguesa) encaminharam à Secretaria de Educação (SE) um texto com as discussões realizadas pelos educadores e comunidades escolares.

Depois do retorno das discussões que as escolas realizaram em torno do que foi produzido nos seminários supracitados, a SE deu continuidade ao processo de conclusão da Proposta Curricular da Rede Pública Municipal de Juiz de Fora com a participação de especialistas de diferentes áreas. Os intensos debates deram origem aos Documentos Preliminares inclusive a Proposta Curricular Educação Infantil (Educação Infantil: a construção da Prática Cotidiana).

Os documentos em questão estão amplamente divulgados, e seus exemplares encontram-se disponíveis nas escolas municipais de Juiz de Fora e na Sala do Professor. No site oficial da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora, é possível encontrar os documentos. No ano de 2012 os trabalhos de elaboração da proposta curricular para a EI foram, portanto, concluídos.

A seguir, é citado um quadro com as concepções de criança, estrutura dos documentos e atores envolvidos na elaboração nas primeiras orientações curriculares do município de Juiz

de Fora que datam de 1996, passando pelo documento de 2008, chegando à atual proposta curricular da rede municipal de Juiz de Fora publicada em 2012. O quadro que se segue traz alguns pontos analisados entre os momentos de construção das propostas curriculares do município.

Quadro 1 - Propostas Curriculares para a EI na rede pública municipal de Juiz de Fora.

| Ano | Atores envolvidos nas formulações | Concepções | Estrutura dos documentos |
|------------|--|---|--|
| 1996 | Professores licenciados em História, Ciências Físicas e Biológicas, Educação Artística, Letras, Matemática e Educação Física Professores atuantes na EI | Criança vista como aluno, alguém que virá a ser. | Lista de conteúdos organizados por áreas do conhecimento: Estudos Sociais; Ciências; Educação Artística; Música; Língua Portuguesa; Matemática; Educação Física. |
| 2008 | Técnicos da SE, especialista em EI, Profissionais das Escolas Municipais | Sujeito ativo, Participativo, sócio-histórico-geográfico, produtor e influenciador de cultura e da sociedade; sujeito | Apresentação as escolas municipais; os caminhos percorridos para produção do documento; fundamentação teórica; |

| | | | |
|------|---|---|---|
| | <p>participantes do grupo de estudos da Educação Infantil.</p> | <p>real e cidadão de direitos; ser brincante; Sujeito coletivo, que se singulariza na vivência com seus pares e com outros sujeitos.</p> | <p>dimensão pedagógica; prática pedagógica; o brincar como fundante; apresentação dos documentos legais que precisam ser conhecidos; indicação de leitura complementar.</p> |
| 2012 | <p>Equipe de EI da SE, profissionais da EI e Creches, consultor especialista em EI.</p> | <p>Traz além das concepções de criança já citadas no documento anterior, concepções de infância compreendidas como: uma forma de conhecer as crianças; uma construção social; constituída na interface com os diversos grupos sociais em que as crianças estão inseridas.</p> | <p>O documento tem uma estrutura que dialoga com o leitor, não apresenta índice, mas sim "legendas explicativas" que são encontradas no decorrer do texto.</p> |

Fonte: elaborado pela autora

Analisando esse quadro é possível perceber algumas rupturas e permanência no processo de construção das propostas curriculares da rede municipal de Juiz de Fora, tanto no que se refere aos atores envolvidos na elaboração dos documentos quanto nas concepções de criança, infância e estruturas dos documentos.

As concepções de criança também são distintas nas propostas. No documento de 1996, a criança é vista como um aluno a “vir a ser”. Nesse entendimento, o trabalho com a criança pequena é percebido como preparatório, ou seja, uma fase introdutória, que prepara a criança para agir na sociedade, na qual ela é tomada como incapaz, cabendo ao adulto instrumentalizá-la para torná-la cidadã. Nessa percepção, a infância é entendida como uma etapa em que habilidades cognitivas devem ser treinadas, preparando-as para o futuro. Já nos documentos posteriores, de 2008 e 2012, a criança ganha protagonismo, sendo percebida como sujeito ativo e participativo, produtora de cultura.

Quanto à estrutura, a proposta curricular de 2012 também se apresenta bem distinta, principalmente a do documento publicado em 1996, que basicamente é organizado sob a forma de lista de conteúdos.

Os documentos que a sucedem apresentam fundamentação teórica, dimensão pedagógica, prática pedagógica, em que o brincar surge como fundante no trabalho com os pequenos.

Silva (1999), como já dito anteriormente, aponta que a construção do currículo está permeada por relações de poder. Assim, tanto a Proposta Curricular para a EI da rede pública municipal de Juiz de Fora de 1996, quanto às de 2008 e 2012 são reflexo do contexto em que se situam e das pessoas que nelas intervieram. Nesse sentido, é possível perceber que tanto a publicação de 1996 quanto a mais recente, são produtos dos contextos históricos e sociais em que foram produzidas. Assim, a construção de uma proposta curricular não é exclusivamente um arranjo do conhecimento escolar; para, além disso, ela implica a produção de relações assimétricas de poder na escola e na sociedade (MOREIRA e SILVA, 1995).

Um olhar para o conteúdo das propostas curriculares do município de Juiz de Fora

O conjunto de documentos apresentam concepções distintas também acerca da criança. No documento para a EI (JUIZ DE FORA, 2012a), a criança é concebida como:

Sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e sociedade, produzindo cultura (JUIZ DE FORA, 2012a, p. 15).

Já o conjunto de propostas para o EF pauta-se no conteúdo a ser ensinado aos alunos, fixando seus lugares em relação à transmissão do saber e definindo identidades a partir dessa posição. É possível perceber que o entendimento de a quem as propostas se destinam é também diverso, não só em relação à EI ao EF como também entre o conjunto de documentos para e EF.

Ao realizar um busca do termo criança nos cadernos da Proposta Curricular de Educação Infantil (JUIZ DE FORA, 2012a), (JUIZ DE FORA 2012b) nota-se que o mesmo ocorre pelo ao menos duas vezes por página totalizando 254, já o termo *aluno* ocorre somente uma vez no somatório de 116 páginas do conjunto de documentos para a EI.

Ao observarmos as propostas (EI e EF) separadamente, essa relação termo / página se modifica, ocorrendo diferenciações entre as propostas para o EF. No caderno de Artes, por exemplo, observamos que o termo *criança* não aparece. Nas propostas de matemática, língua portuguesa, ciências e geografia, o somatório do termo criança não passa de 34, ficando um total de 169 ocorrências para a proposta de História.

É possível observar que, entre as propostas para o EF, as de história e ciências é que apresentam um maior equilíbrio no quantitativo dos termos *criança e aluno*. Nota-se, então, uma maior desproporção na ocorrência dos termos nas propostas de geografia, matemática e artes.

Dadas as diferenças evidenciadas entre os documentos para EI e EF em sua forma e apresentação, é possível considerar que, nesses aspectos, a transição de uma etapa a outra não foi contemplada. Em seu conjunto, os elementos apresentados demonstram mais rupturas do que permanências, não apontando uma transição entre essas etapas.

Essas diferenciações entre os quantitativos dos termos *aluno e criança* nos revelam que as formas de conceber o trabalho na EB e o principal interlocutor a que essas propostas, como um todo, se destinam são díspares, tanto na comparação entre os documentos das duas etapas quanto entre as próprias propostas para o EF.

Entendemos que o trabalho realizado na EI e no EF tem suas especificidades e possui níveis de ensino próprios, contudo o que nos chama a atenção é o incipiente diálogo entre as propostas em que o termo *criança* (que é quem essa proposta pretende alcançar) não ocorre numa proposta – artes – e, na outra, da mesma etapa da EB, incide 169 vezes – proposta de história.

Considerações finais

Em conformidade com o aporte teórico da psicologia histórico-cultural tomada neste estudo, compreende-se que as conclusões são efêmeras e incompletas, embora tenham um valor em sua provisoriamente. Por serem datadas e fazerem parte de contextos específicos, carregam valores construídos no processo de interlocução com o outro. Nesse sentido, as reflexões e as considerações aqui apresentadas não devem ser reconhecidas como um sistema fechado e acabado, mas sim como possibilidades que permanecem em aberto, como “[...] permanente processo social de busca” (FREIRE, 2004, p. 57).

Foram apresentadas definições sobre currículo, ponderando sobre a fluidez do conceito e das proposições de pesquisadores da área, e de documentos oficiais acerca do tema. As ponderações dos autores permitiram averiguar que a definição e /ou construção do currículo é concebida historicamente. Foi nessa direção que esse texto se encaminhou.

Recuperamos os argumentos apresentados ao longo deste texto, visando a entrelaçar alguns fios nessas considerações finais. Pretendi compreender o movimento de construção das Propostas Curriculares para a Educação Infantil do município de Juiz de Fora e de como o

conjunto de documentos contemplam a transição da Educação Infantil para o 1º ano do Ensino Fundamental.

Descrevemos o caminho de construção da Proposta Curricular da Rede Municipal de Ensino de Juiz de Fora, identificando sua formação, bem como as sendas percorridas até se constituir em documento curricular. Algumas publicações municipais anteriores à atual proposta curricular, e outras de abrangência nacional foram apontadas neste trabalho. Mais do que apenas narrar como documentos anteriores foram organizados, procurei evidenciar essa proposta curricular como artefato cultural que se constitui num movimento histórico mais amplo. Destacamos também que as concepções de crianças foram se modificando a cada proposta. No documento de 1996, a criança era percebida como um “vir a ser”, enquanto que nos documentos subsequentes, de 2008 e 2012, a criança ganhou protagonismo, sendo percebida como sujeito ativo, participativo e que produz cultura. A forma de organização de tais documentos é diversa, a publicação mais antiga era organizada sob forma de lista de conteúdos. Já a organização da publicação mais recente é apresentada de forma cíclica. A construção de um currículo, como apontado por Silva (1999), é reflexo do contexto em que é produzido e se dá em meio às relações de força e poder. Nesse sentido é possível afirmar que nessa correlação de forças a criança vem ganhando espaço e protagonismo na concepção de currículo voltado a seus interesses, especificidades e necessidades.

Entendemos que a passagem da EI para o EF deve ser pautada por continuidades, para que o protagonismo das crianças em ambas as etapas seja assegurado, mas, na prática, essa transição tem sido marcada por dicotomias que podem ser assim sintetizadas: na EI, a criança brinca e, no EF, ela estuda.

Por fim, acreditamos que as crianças não deixam de ser crianças para se tornarem alunos ou alunas quando são inseridas no EF. Elas continuam a ser crianças não somente no primeiro ano do EF, mas também durante toda a primeira etapa desse nível de ensino. Entendo, juntamente com Mota (2006), que elas não deixam de ser crianças, nessa passagem da EI para o EF, para se tornarem alunos. Elas são “crianças e alunos”.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Wanda M. Junqueira. Atividade e subjetividade no trabalho docente: desafios teórico-metodológicos na pesquisa sócio-histórica **Revista Educação em Foco**, Juiz de fora, jan./jun. n.º. v.1, n.1, p.263-278, 2012.

ALVES, Alesandra M. Lima. Escolas Municipais de Educação Infantil em Juiz de Fora. **Sistemas de educação no Brasil: políticas, autonomia e cooperação/** Diva Chaves Sarmento (Org.) - Juiz de Fora: Editora UFJF, 2010.

APPLE, M. W. Repensando ideologia e currículo. In: MOREIRA, A. F.; SILVA, T. T. (Orgs.). **Currículo, cultura e sociedade**. São Paulo: Cortez, 1995. p. 39-58.

APPLE, Michael W. **Ideologia e currículo**; tradução Vinicius Figueira 3.ed Porto Alegre: Artmed, 2006

AQUINO, Lígia L.A.e VASCONCELOS, Vera R. Orientação curricular para Educação Infantil: Referenciais Curriculares Nacionais e Diretrizes Curriculares Nacionais. In: **Educação da Infância: história e política** Rio de Janeiro DP&A, 2005

BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil** / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. Ministério da Educação. **PARECER CNE/CEB Nº: 4/2008**. Brasília. DF. 2009.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil** /Secretaria de Educação Básica. – Brasília : MEC, SEB, 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 30. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

FORQUIN, J. C. **Escola e cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

GIROUX, Henry. **Escola Crítica e Política cultural**. São Paulo: Cortez, 1987

JUIZ DE FORA. **Câmara Municipal de Juiz de Fora**. Lei Orgânica de Juiz de fora, promulgada em 05 de abril de 1990. Juiz de Fora, 1990.

_____, Secretaria Municipal de Educação. **Programa de Educação Infantil**. Juiz de Fora, 1996

_____, Secretaria de Educação. **Linhas Orientadoras para Educação Infantil nas Escolas da Rede Municipal de Juiz de Fora**. Juiz de Fora, 2008

_____.Secretaria de Educação. **Educação Infantil: A Construção da Prática Cotidiana**. Juiz de Fora, 2012a

_____.Secretaria de Educação. **A prática pedagógica ma Educação Infamtil: diálogos no cotidiano**. Juiz de Fora, 2012b

MOREIRA, Antonio F.M.; SILVA, Tomaz T. Sociologia e Teoria Crítica do Currículo: uma introdução. In: Currículo, Cultura e Sociedade 2011 (orgs) MOREIRA, Antonio F.M.; SILVA, Tomaz T. São Paulo Cortez, 1995

MOTA, Flavia M. M. De Crianças a Alunos: Transformações Sociais na Passagem da Educação Infantil para o Ensino Fundamental. Dissertação de Mestrado. 2006 In: **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior**. Disponível em: <www.capes.gov.br>. Acesso em: fevereiro 2013

PACHECO, José A. **Escritos Curriculares**. São Paulo: Cortez, 2005

PINO, Angel, **As marcas do humano: às origens da construção cultural da criança na perspectiva de Lev S. Vigotski**. São Paulo: Cortez, 2005

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

VIGOTSKI, Lev Semenovich. **A Formação social da mente**. S. Paulo: Martins Fontes, 1991.